



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 02/2023**

PROCESSO N°: 7651/2022

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO, por intermédio do(a) Pregoeiro(a) **INÊS RAQUEL DA LUZ SILVA**, designado(a) pela **Portaria DIGER/TRT8 n° 337, de 10 de novembro de 2022**, torna público, que, na forma da **Lei n.º 10.520/2002**, dos **Decretos n.ºs 10.024/2019, 7.892/2013 e 9.488/2018** e, subsidiariamente, da **Lei n.º 8.666/1993, Lei Complementar n° 123/2006** e da **Lei n° 8.078/1990** e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, farão realizar licitação na modalidade **Pregão Eletrônico, TIPO MENOR PREÇO**, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

DATA DE ENTREGA DO EDITAL: Dia **16/01/2023**, no endereço: www.comprasgovernamentais.gov.br.

DATA DE ENTREGA DE PROPOSTA: A partir da entrega do Edital, no endereço: www.comprasgovernamentais.gov.br.

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS: Dia **26/01/2023**, às **09:00h** (Nove horas) – Horário de Brasília/DF.

LOCAL: www.comprasgovernamentais.gov.br

CÓDIGO UASG: 080003



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 02/2023

1. DO OBJETO

1.1.0 presente instrumento tem por objeto a **Contratação de seguro para os veículos oficiais do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região nos Estados do Pará e Amapá**, com cobertura anual contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão e incêndio, danos causados pela natureza e assistência vinte e quatro horas, sete dias por semana, conforme especificações, condições e prazos definidos no Anexo I - Termo de Referência.

1.1.1. Em caso de discordância entre as especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência deste Edital e as previstas no site www.comprasgovernamentais.gov.br, prevalecerão as primeiras.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.

2.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

2.2. O cadastramento no SICAF poderá ser realizado pelo interessado em qualquer unidade de cadastramento dos órgãos ou entidades da Presidência da República, dos Ministérios, das Autarquias e das Fundações que participam do Sistema Integrado de Serviços Gerais - SISG, localizadas nas Unidades da Federação.

2.3. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

2.4. O uso de senha de acesso pela licitante é de sua exclusiva responsabilidade, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRT 8ª Região responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.5. Como requisito para participar neste Pregão, a licitante deverá efetivar, em campos próprios do sistema eletrônico, as seguintes declarações:

2.5.1. Declaração quanto à ciência e concordância com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como quanto ao pleno cumprimento dos requisitos de habilitação definidos no edital;

2.5.2. Declaração quanto à inexistência de fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

2.5.3. Declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 02/2023

pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34, no sentido de que a Micro Empresa, Empresa de Pequeno Porte, conforme o caso, está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar;

2.5.4. Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

2.5.5. Declaração Independente de Proposta, conforme modelo disponível no sistema Comprasp governamentais.

2.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

2.7. A licitante ficará obrigada a manter válidos todos os documentos relativos à regularidade de cadastramento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF durante todo o procedimento licitatório, bem como durante o período da execução dos compromissos assumidos.

2.8. Não poderão participar deste Pregão:

2.8.1. Sociedade empresária ou Empresário individual impedido de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;

2.8.2. Sociedade empresária ou Empresário individual suspenso (a) de participar de licitação e impedido de contratar com o TRT 8ª Região, durante o prazo da sanção aplicada;

2.8.3. Sociedade empresária ou Empresário individual declarado (a) inidôneo (a) para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

2.8.4. Sociedade empresária ou Empresário individual cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto do presente Pregão;

2.8.5. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

2.8.6. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.8.7. Cooperativas de mão de obra/trabalho, pois que haverá necessidade de subordinação jurídica entre elas e o(s) obreiro(s), considerando a natureza do objeto a ser adquirido e serviços associados (Súmula n. 281/TCU);

2.8.8. Sociedade empresária ou Empresário individual que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação;

2.8.8.1. Não se enquadram no impedimento definido nesse item, as empresas em recuperação judicial que apresentarem certidão emitida



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 02/2023

pela instância judicial competente pela ação judicial, onde comprove estar apta economicamente a participar de procedimento licitatório;

2.8.9. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

2.8.10. Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.

2.8.11. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.12. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

2.8.13. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

2.9. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

2.9.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

2.9.1.1. Como o **LOTE** não é exclusivo à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

2.9.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

2.9.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

2.9.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

2.9.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

2.9.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

2.10. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

2.11. Considerando o artigo 5º, inciso LXXVIII, da Constituição da República, que consagra poder/dever à Administração de garantir a razoável duração do processo administrativo e meios que garantam a celeridade de sua tramitação; considerando o respeito ao devido processo administrativo, ao contraditório e à ampla defesa, com os



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 02/2023

meios e recursos a ela inerentes, na forma do artigo 5º, incisos LIV e LV, da Constituição da República; considerando a adequação entre meios e fins estritamente necessários ao atendimento do interesse público (artigo 2º, parágrafo único, inciso VI, da Lei n. 9.784/1999); considerando, finalmente, o princípio do julgamento objetivo (artigo 3º, "caput", da Lei n. 8.666/1993) e a possibilidade de a Administração estipular, previamente, condições editalícias (artigo 41, "caput", da Lei n. 8.666/1993), o LICITANTE que participar do certame toma ciência de que, caso seja contratado, deverá dispor de um **endereço de e-mail válido**, o qual será fornecido, no ato da contratação, e que será utilizado para o recebimento de todo e qualquer tipo de notificação, inclusive para efeitos de sanções ou penalidades, iniciando o prazo para o destinatário a partir da remessa válida pelo TRIBUNAL.

3. DA VISTORIA

3.1. As empresas interessadas em vistoriar os veículos a serem segurados poderão comparecer aos locais onde os veículos encontram-se alocados, em dias e horários a serem marcadas previamente pelo e-mail codse@trt8.jus.br

3.2. O fato de a seguradora deixar de realizar a vistoria ora prevista não motiva descumprir as obrigações pertinentes a esse objeto, inclusive quanto à cobertura de equipamentos e de acessórios.

4. DA PROPOSTA.

4.1. A licitante deverá consignar na forma expressa no sistema eletrônico, as seguintes informações:

4.1.1. Os valores unitários e totais de cada grupo para o(s) qual(is) enviará a proposta, já considerados e inclusos, além dos tributos, as tarifas e as despesas decorrentes da execução do objeto;

4.1.2. Descrição detalhada e completa das especificações do grupo para o qual enviar a proposta, indicando as respectivas características técnicas, que deverão ser inseridas no campo do sistema "DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR".

4.2. As propostas terão validade de no mínimo **90 (noventa) dias**, contados da data abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital. Caso este prazo não esteja expressamente indicado na proposta, o mesmo será considerado como aceito para efeito de validade da mesma;

4.3. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem a convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas do compromisso assumido.

4.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT Nº 02/2023

a Contratada.

4.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA.

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a partir da liberação do edital no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, **concomitantemente** com os **documentos de habilitação** exigidos no edital, **proposta** com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Até à abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.8. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa em desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

6.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 02/2023

6.2. A comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS.

7.1. O(A) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no **ANEXO I - Termo de Referência**.

7.1.1. O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TRT 8ª ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

7.1.2. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.1.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.1.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.1.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.1.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.2. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES.

8.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

8.2. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "aberto"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, com **critério de julgamento menor preço**, sendo o **máximo valor aceitável/valor base** do certame aquele que se encontra estimado por esta administração no **item 9 do ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA** e no **APENSO I** deste edital.

8.2.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 02/2023

minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.2.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.2.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.2.4. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.2.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 10,00 (Dez Reais)**.

8.2.6. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

8.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.4. A licitante somente poderá oferecer lance de preço inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

8.5. Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.

8.6. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da ofertante.

8.7. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8.8. Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexecutável.

8.9. Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas neste Edital.

8.10. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9. DA DESCONEXÃO DO(A) PREGOEIRO(A) .
--

9.1. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.2. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 02/2023

persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensão e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br.

10. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

10.1. Tendo em vista que o art.24 do Decreto Lei 73/66 determina que apenas Sociedades Anônimas e Cooperativas podem operar seguros privados, não será possível a participação de Microempresas e empresas de Pequeno Porte.

11. DA NEGOCIAÇÃO.

11.1. Encerrada a etapa de lances de que trata o art. 44 da LC nº 123/2006, o(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.

11.1.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

11.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

11.3. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

11.4. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.

12.1. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, contado dessa solicitação, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, conforme o **Anexo II - Modelo de Proposta Escrita**.

12.1.1. A proposta comercial a ser encaminhada deverá também ser apresentada na forma e requisitos indicados nas alíneas a seguir:

a) De preferência impressa em papel timbrado, redigida com clareza,

G:\Drives compartilhados\COLIC\ Gera\1-SeLIC\3- EDITAIS\2023\1-PREG ELET\PR-02-SEGURO VEÍCULOS-

Proc.7651-2022\EDIT\PR-02-SEGURO VEÍCULO-Proc.7651-22-EDITAL.odt



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 02/2023

sem emenda, rasura, acréscimo ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas;

b) Fazer menção ao número deste Pregão Eletrônico e conter a razão social da licitante, o CNPJ, podendo indicar o endereço com o CEP, o número de telefone e/ou fax e e-mail, se houver, o banco, a agência e os respectivos códigos e o número da conta corrente para efeito de emissão de nota de empenho, formalização do contrato e posterior pagamento;

c) Declarar nome, estado civil, profissão, nº do CPF e RG, domicílio, telefone, fax, e-mail e cargo na empresa da pessoa que ficará responsável pela assinatura do contrato;

d) Declarar concordância com o prazo de entrega, como também, com as demais condições previstas no **Termo de Referência, Anexo I** deste Edital;

e) Declarar o prazo de validade da proposta não inferior a **90 (noventa) dias**, contado da data da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital;

e.1) Caso este prazo não esteja expressamente indicado na proposta, ele será considerado como aceito para efeito de validade da mesma;

12.2. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste item, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

12.3. O(A) Pregoeiro(a) examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

12.3.1. O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TRIBUNAL ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

12.4. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

12.5. Não serão aceitas propostas com valores unitários e global superiores aos estimados ou com preços manifestamente inexequíveis.

12.5.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

12.6. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

12.7. Erros e omissões existentes nas propostas comerciais inicialmente enviadas poderão ser retificados pelo licitante, após solicitação ou consentimento do(a) Pregoeiro(a), desde que nenhum dos preços finais ofertados para cada um dos itens que compõem cada



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 02/2023

grupo sofra acréscimo.

12.8. Para efeito de aceitação da melhor proposta comercial, somente serão consideradas no preço proposto duas casas decimais, para os valores unitários e totais.

12.9. Se a proposta não for aceitável ou se a licitante deixar de reenviar a proposta ou não atender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

12.10. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas** de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

12.11. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar **documento digital complementar**, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **2(duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

12.11.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

12.11.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

12.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

12.13. A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).

12.13.1. Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices, devendo, para isso, serem consideradas as informações e detalhes constantes deste Termo, podendo ser ofertada, de acordo com análise por veículos e seus devidos bônus.

13. DAS AMOSTRAS

13.1. NÃO SE APLICA.

14. DA HABILITAÇÃO.

14.1. A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, nos níveis de validade I, II, III, IV e VI, nos documentos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 02/2023

por ele abrangidos, e por meio da documentação complementar especificada neste Edital.

14.2. As licitantes que não atenderem às exigências de habilitação parcial no Sicaf deverão apresentar documentos que supram tais exigências.

14.2.1. Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação complementar:

a) 1 (um) ou mais atestados ou declaração de capacidade técnica, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de objeto compatível em características e quantidades com o objeto deste Pregão;

a.1) Ficam **vedadas as exigências de quantidades mínimas** de atestados ou declarações de capacidade técnica e/ou prazos máximos com relação às datas em que foram expedidos;

a.2) O licitante tem a liberdade de **apresentar tantos atestados quantos julgar necessários** para comprovar sua aptidão;

a.3) Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

a.4) Cabe ao(a) **pregoeiro(a) em conjunto com a Área Técnica demandante**, durante o exame da documentação de habilitação, analisar o conteúdo dos atestados e pronunciar-se quanto à suficiência deles, podendo concluir, motivadamente, com base em critérios objetivos já prefixados neste edital, que o somatório dos atestados apresentados por um único licitante não é suficiente para habilitá-lo, ou, da mesma forma, habilitar licitante que apresente um único atestado;

b) **Comprovação de patrimônio líquido atualizado não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação**, a qual será exigida somente no caso de a licitante apresentar resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, calculados e informados pelo SICAF;

b.1) A **certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em Consulta - Cadastro - Nível VI - Qualificação Econômico-Financeira, devendo ser verificado o registro dos dados referentes à Certificação de Falência / Recuperação, (Código de Controle da Certidão, Data da Emissão e Data de Validade).

14.2.2. Na ausência de total documento no SICAF, a licitante deverá apresentar a Certidão Negativa de efeitos de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da licitante, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão ou, na omissão desta, expedida a menos de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de sua apresentação, exceto quando a pessoa jurídica não se sujeitar à falência, como no



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 02/2023

caso das cooperativas, conforme art. 4º da Lei Federal nº 5.764, de 6 de dezembro de 1971.

14.2.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011.

14.3. O(A) Pregoeiro(a) poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação dos licitantes.

14.3.1. O pregoeiro, verificará durante a fase de habilitação da empresa, nos termos do **acórdão 1793/2011 do TCU**:

a) A existência de registros impeditivos da contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/**CGU**;

b) A existência de registros impeditivos de contratação por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do **CNJ**;

c) A existência de registros impeditivos da contratação na Lista de licitantes inidôneos do **Tribunal de Contas da União**;

d) A **composição societária** das empresas a serem contratadas no sistema SicaF a fim de certificarem se entre os sócios há servidores do próprio órgão/entidade contratante, abstendo-se de celebrar contrato nessas condições, em atenção ao art. 9º, inciso III, da Lei nº 8.666/1993.

14.3.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.3.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

14.3.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

14.3.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

14.3.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

14.3.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

14.4. Os documentos que não estejam contemplados no SICAF, inclusive



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 02/2023

os relativos à regularidade da documentação vencida, deverão ser remetidos **em conjunto com a proposta de preços readequada** de que cuida o subitem 12.1 ou **nos moldes dos subitens 12.11 e 14.13** deste edital.

14.5. Em caráter de diligência, os documentos poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento. Nesse caso, os documentos deverão ser encaminhados, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro, à Coordenadoria de Licitações e Contratos, localizada na **Tv. Dom Pedro I, Bairro do Umarizal, nº 746, 2º andar, ANEXO/BLOCO IV, bairro do Umarizal, CEP 66.050-100, Belém/PA.**

14.6. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

14.7. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução livre para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

14.8. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

14.9. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

14.10. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

14.11. Havendo a necessidade de envio de **documentos de habilitação complementares**, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **2 (duas) horas**, contado de sua solicitação, sob pena de inabilitação.

14.12. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

14.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

14.14. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

14.15. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

14.16. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 02/2023

a licitante será declarada vencedora.

15. DO ENCAMINHAMENTO DAS DOCUMENTAÇÕES.

15.1. Todos os documentos exigidos para fins de PROPOSTA e HABILITAÇÃO deverão estar disponibilizados no site do [COMPRASGOVERNAMENTAIS](#), até antes da data e hora previstas para a abertura do certame, conforme consta do **item 5.1**; salvo as exceções previstas nos itens **12.1, 12.11 e 14.13** deste edital.

16. DO RECURSO.

16.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

16.2. O(A) Pregoeiro(a) fará juízo de admissibilidade da intenção de recurso manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

16.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

16.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o **prazo de três dias consecutivos** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em **outros três dias consecutivos**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

16.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

16.6. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito, ficando o(a) Pregoeiro(a) autorizado a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

16.7. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente.

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

17.1. O objeto deste Pregão será adjudicado pelo(a) Pregoeiro(a), salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 02/2023

autoridade competente para homologação, após a regular decisão dos recursos apresentados.

17.2. A homologação deste Pregão compete ao **DIRETOR-GERAL do Tribunal**, após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados e não implicará direito à contratação.

17.3. Os objetos deste Pregão serão adjudicados ao vencedor do(s) respectivo(s) **LOTE(S)**.

18. DAS ATRIBUIÇÕES DO(A) PREGOEIRO(A).

18.1. Caberá(ão) ao(à) Pregoeiro(a) as atribuições dispostas na Lei 10.520/2002, atualmente regulamentada pelo Decreto 10.024/2019.

18.2. É facultado ao(à) Pregoeiro(a) ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam constar originariamente da proposta ou da documentação.

18.3. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá autorizar o saneamento da proposta por conta de erros formais ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

19. DAS ATRIBUIÇÕES DO DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL.

19.1. Ao **DIRETOR-GERAL** caberá:

19.1.1. Adjudicar o objeto deste Pregão à licitante vencedora, se houver interposição de recurso;

19.1.2. Homologar o resultado e promover a contratação correspondente a este Pregão;

19.1.3. Anular este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado;

19.1.4. Revogar este Pregão, se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado.

20. DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO.

20.1. Realizados os procedimentos de que trata o item anterior, o Tribunal convocará a(s) licitante(s) vencedora(s), durante a validade da sua proposta, para assinatura do termo de **contrato - Anexo III, deste Edital**, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis.

20.2. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Tribunal.

20.3. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do Sicaf e de outros meios se a licitante vencedora mantém as



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 02/2023

condições de habilitação.

20.4. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o Contrato dentro do prazo assinalado ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas neste Edital.

20.5. É facultado ao(à) Pregoeiro(a), quando a convocada não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos, convocar outra licitante, obedecida a ordem de classificação, para assiná-lo, após comprovados os requisitos de habilitação, feita a negociação e aceita a proposta.

21. DAS SANÇÕES APLICÁVEIS AS LICITANTES.

21.1. Com fundamento no **artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e Art. 49 (CAPÍTULO VX) do Decreto nº 10.024/2019**, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do TRT 8ª, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, a licitante que:

21.1.1. Quando convocada dentro do prazo estabelecido, não assinar o Contrato;

21.1.2. Deixar de entregar documentação exigida no Edital ou deixar de cumprir injustificadamente qualquer procedimento previsto no edital;

21.1.3. Apresentar documentação falsa;

21.1.4. Causar o atraso na execução do objeto;

21.1.5. Não mantiver a proposta injustificadamente;

21.1.6. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

21.1.7. Fizer declaração falsa;

21.1.8. Cometer fraude fiscal;

21.1.9. Comportar-se de modo inidôneo;

21.1.10.1. Para os fins do **subitem 21.1.9**, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

21.2. A licitante vencedora e as demais licitantes classificadas, encontram-se sujeitas, de igual forma, às sanções previstas no Contrato, decorrentes do descumprimento dos compromissos assumidos.

21.3. Sem prejuízo da penalidade disposta no **subitem 21.1**, será aplicada à licitante que cometer quaisquer das infrações dispostas no citado subitem, a penalidade de multa de 10% sobre o valor anual estimado do contrato.

21.4. As sanções serão registradas e publicadas no Sicaf.

22. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.

22.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá **impugnar** o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico cpl@trt8.jus.br.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 02/2023

22.2. O(A) Pregoeiro(a), auxiliado(a) pelo setor responsável pela elaboração do Edital e dos anexos, decidirá sobre a **impugnação** no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

22.3. As **impugnações** não possuem efeito suspensivo.

22.3.1. A concessão de efeito suspensivo à **impugnação** é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.4. Acolhida a **impugnação** contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

22.5. Os pedidos de **esclarecimentos** referentes a este processo licitatório devem ser enviados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico cpl@trt8.jus.br.

22.5.1. O pregoeiro **responderá** aos **pedidos de esclarecimentos** no **prazo de dois dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

22.6. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio do link Acesso Livre > Pregões > Agendados para conhecimento dos fornecedores e da sociedade em geral, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-lo para obtenção das informações prestadas.

22.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

23. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

23.1. As despesas da presente licitação estão classificadas como:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT Nº 02/2023

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA E PRE-EMPENHO

PRÓDAD:	7651/2022				
DADOS BÁSICOS					
FAVORECIDO:	NÃO SE APLICA	CNPJ/CPF:	NÃO SE APLICA	AMPARO LEGAL:	126 PREGÃO LEI 10.520 / 2002 I
ITEM DE PLANEJAMENTO SIGED:	PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA/2023/ITEMS/CÓDIGO SIGED: 151092023290975				
OBJETO RESUMIDO/FINALIDADE:	PREGÃO ELETRÔNICO, VISANDO A CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS OFICIAIS DO TRT, COM COBERTURA ANUAL CONTRA DANOS MATERIAIS RESULTANTES DE SINISTROS DE ROUBO OU FURTO, COLISÃO E INCÊNDIO, DANOS CAUSADOS PELA NATUREZA E ASSISTÊNCIA VINTE E QUATRO HORAS, SETE DIAS POR SEMANA, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, QUE INTEGRARÁ A MINUTA DO EDITAL (DOU: 22) COMO ANEXO I, E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES.				

DADOS ORÇAMENTÁRIOS						
PROGRAMA DE TRABALHO RESUMIDO (PTRES):	167951					
FONTE:	100					
TIPO DE EMPENHO:	ESTIMATIVO					
LISTA DE ITENS						
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	NATUREZA DA DESPESA	SUBITEM	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR DO ITEM
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO PARA 52 (CINQUENTA E DOIS) VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA DO TRT.	339009	09	1	R\$ 52.855,52	R\$ 52.855,52
02						
03						
04						
05						
TOTAL						R\$ 52.855,52

DESPESA COM EXECUÇÃO PARCELADA					IMPACTO ORÇAMENTÁRIO	
MEMÓRIA DE CÁLCULO DE DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO						
VALOR CONTRATUAL ESTIMADO	VALOR ANUAL	VALOR MENSAL	COMPETÊNCIAS NO EXERCÍCIO	MESES DE REFERÊNCIA	SALDO ORÇAMENTÁRIO DISPONÍVEL	% DE IMPACTO EM RELAÇÃO AO SALDO
					R\$ 49.818.052,00	0,17%

*Base legal: Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, art. 28, inciso I



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 02/2023

24. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS.

24.1. Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida, por conveniência exclusiva da Administração do TRT da 8ª Região.

24.1.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.1.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

24.1.3. O horário de expediente desta Justiça Especializada é de 08:00h às 15:00h.

24.2. A participação nesta licitação e a apresentação da proposta implica na aceitação integral e irretratável das normas deste **Edital e seus Anexo(s)/apenso(s)**, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem.

24.3. Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) pregoeiro(a).

24.4. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.5. A cotação levada em consideração para efeito de julgamento é de exclusiva responsabilidade da licitante.

24.6. Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que o Tribunal porventura julgar necessários.

24.7. Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a).

24.8. As decisões do(a) Pregoeiro(a) serão consideradas definitivas somente após terem sido homologadas pela autoridade competente do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região.

24.9. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

24.10. Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, os mesmos serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.

24.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seu(s) Anexo(s)/apenso(s), excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.12. O T.R.T. da Oitava Região poderá anular o certame, por vício



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 02/2023

de legalidade, ou revogá-lo, por motivo de conveniência e oportunidade em razão de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, consoante prevê a Lei nº 8.666/93.

24.13. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

24.14. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.15. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juizes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, nos termos da Resolução nº. **07/2005** do CNJ. A vedação contida na Resolução nº. **07/2005** do CNJ não se aplica aos agentes citados, quando este não atuarem na linha hierárquica que vai do órgão licitante ao dirigente máximo da entidade, por não haver, via de regra, risco potencial de contaminação do processo licitatório, nos termos da Resolução nº. **229/2016** do CNJ.

24.16. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação do Art. 1º e 2º da Resolução nº. **156/2012** do CNJ.

24.17. A licitante vencedora deverá apresentar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras.

25. DOS ANEXOS.

25.1. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

a) ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;

a.1) APENSO I - RELAÇÃO DOS VEÍCULOS E PREÇOS MÉDIOS DOS PRÊMIOS;

b) ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA ESCRITA;

c) ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO

26. DO FORO.

26.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT Nº 02/2023

possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade de Belém, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Belém, 13 de janeiro de 2023.

INÊS RAQUEL DA LUZ SILVA
Pregoeiro(a)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 02/2023

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA CODSE N° 13/2022, VERSÃO 2.0

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de seguro para os veículos oficiais do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região nos Estados do Pará e Amapá, cuja quantidade está definida no Anexo I deste Termo de Referência, com cobertura anual contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão e incêndio, danos causados pela natureza e assistência vinte e quatro horas, sete dias por semana.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Necessidade da contratação

2.1.1. O Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/TRT8 tem por MISSÃO, definida no planejamento estratégico institucional (PORTARIA PRESI N° 347/2021), com vigência para o período 2021/2026, "REALIZAR JUSTIÇA, NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO, CONTRIBUINDO PARA A PAZ SOCIAL E O FORTALECIMENTO DA CIDADANIA".

2.1.2. Adequado mencionar, ainda em relação à considerável extensão geográfica abrangida pela jurisdição do Tribunal, além dos órgãos administrativos, há 56 (cinquenta e seis) Varas do Trabalho que compõem a estrutura do Regional, 19 (dezenove) encontram-se localizadas em Belém, capital do Estado do Pará, 08 (oito) em Macapá, capital do Estado do Amapá e as 29 (vinte e nove) demais, localizam-se em 17 (dezesete) Municípios do Estado do Pará.

2.1.3. Atualmente, a Coordenadoria de Segurança conta com 52 (cinquenta e dois) veículos para cumprimento de transporte de magistrados, servidores e diligências judiciais. Esses veículos estão localizados em Belém, Macapá e demais localidades onde o TRT8 possui Fórum ou Vara Trabalhista.

2.1.4. Os veículos deste Tribunal estão segurados por meio do contrato 012/2019, cujo vencimento ocorrerá às vinte e quatro horas do dia 09 de abril de 2023, considerando a impossibilidade de prorrogação em face da extrapolação do limite legal para aditivação de contratos, em vista da aquisição de novas viaturas oficiais.

2.1.5. Os veículos oficiais são importantes para execução das demandas deste Tribunal, requerendo uma proteção e manutenção do



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 02/2023

patrimônio público por meio da contratação de seguro, garantindo em casos de danos que os mesmos sejam recuperados de forma mais célere. Desta forma, garantindo que não haja uma solução de continuidade aos serviços e preservação do patrimônio público.

2.1.6. Desta forma, está devidamente contemplada a necessidade do Tribunal, em contratar os serviços de seguro para os veículos pertencentes a frota deste TRT8, com vistas a garantir o pleno atendimento das finalidades deste Regional, que é a entrega da prestação jurisdicional, além de possibilitar maior segurança para magistrados, oficiais de justiça e agentes da polícia judicial que utilizam regularmente os veículos em suas diligências.

2.2. Alinhamento ao planejamento

2.2.1. A presente contratação está alinhada aos seguintes objetivos estratégicos:

- I.** PROMOVER A INTEGRIDADE E A TRANSPARÊNCIA EM RELAÇÃO AOS ATOS DE GESTÃO PRATICADOS;
Meta 09: ALCANÇAR O PATAMAR DE "AVANÇADO" NO NÍVEL DE MATURIDADE GLOBAL DE RISCOS, ATÉ DEZEMBRO DE 2026;
- II.** PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA SEGURANÇA INSTITUCIONAL.

2.2.2. Nesse patamar de análise, a contratação indicada neste Termo de Referência, considerando o Planejamento Institucional do Tribunal, alinha-se aos seguintes objetivos estratégicos:

- a)** Garantir a efetividade na prestação jurisdicional: direcionar todas as ações da instituição para a satisfação dos jurisdicionados, entendida como a garantia de um processo rápido e efetivo, bem como na ampliação do acesso à justiça;
- b)** Promover a gestão orçamentária e financeira sustentável alinhada à estratégia institucional: buscar a excelência na gestão de custos operacionais e promover ações orçamentárias visando assegurar recursos que viabilizem as iniciativas e metas necessárias à execução da estratégia.

2.3 Relação entre a demanda prevista e quantidade de cada item

A demanda contratada é diretamente proporcional à quantidade de veículos existente na frota do TRT8, haja vista que o seguro se faz de forma individualizada para cada veículo, no cenário atual, serão segurados 52 veículos.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 02/2023

2.4 Levantamento de mercado

2.4.1. O levantamento de mercado ocorreu em um sítio específico de busca por preços públicos, "Banco de Preços", considerando o modelo e ano dos veículos.

A pesquisa considerou modelos iguais e similares, bem como o mesmo ano de fabricação ou próximos aos veículos objetos deste TR, para que não influenciassem nos preços obtidos.

Apenas os 03(três) veículos tipo SUV, modelo Jeep Commander, não tiveram preços públicos, pois não houve resultado, sendo feita pesquisa junto a seguradoras, em que apenas a Mapfre apresentou proposta.

Os preços obtidos pelas pesquisas estão dispostos na Tabela I do Anexo I deste TR.

2.5 Justificativa da escolha do tipo de solução

2.5.1. Trata-se de uma contratação que apresenta uma única solução, haja vista que não há outra forma de cobertura contra riscos de danos por acidentes.

2.6 Justificativa do parcelamento ou não da solução

2.6.1. Não haverá parcelamento, o objeto será prestado com a contratação de empresa especializada em serviço de seguro para todos os veículos em única prestação. A divisão do objeto em lotes poderia aumentar a competitividade, todavia, haverá perda de economia de escala.

2.7. Resultados pretendidos

2.7.1. Assegurar que em casos de danos que inviabilizem a utilização dos veículos, os mesmos sejam prontamente restaurados, possibilitando que não haja uma solução descontinuidade dos serviços prestados.

3. DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Nesta parte do estudo, apresentam-se os elementos necessários para contemplar a integralidade da solução com vistas à obtenção de resultados efetivos decorrentes da execução das atividades em análise, consideradas as pessoas (recursos humanos), bens (recursos materiais) e serviços (consecução dos objetivos), no caso, tanto aqueles vinculados à contratada, como também, relacionados ao Tribunal.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 02/2023

Para tanto, devem ser retomados os tópicos "3. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO" e "5.REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO", em que podem ser destacados os aspectos a seguir delineados.

Relacionados ao Tribunal:

- 1 Pessoas (recursos humanos):
 - a.1) Gestão e Fiscalização da execução contratual, composta por servidores da Coordenadoria de Segurança Institucional/CODSE;
 - b) Bens (Recursos Materiais):
 - b.1) Não são necessários recursos materiais;

Relacionados à Contratada:

- a)Pessoas (recursos humanos):
 - a.1) Profissionais para gerenciamento administrativo, execução e controle do contrato para seguro dos veículos da frota do TRT8;
 - b) Bens (Recursos Materiais):
 - b.1) Não há utilização de recursos materiais;

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Nível de qualidade

Os níveis de qualidade do serviço objeto deste Termo serão aferidos com base no cumprimento dos prazos descritos no escopo da contratação, a partir dos registros eletrônicos feitos quando da gestão do contrato.

4.2. Práticas de sustentabilidade

A contratada deverá manter, sempre que possível, em sua rede credenciada, empresas que promovam a destinação ambiental adequada dos materiais, óleos e lubrificantes substituídos nos veículos atendidos pelo contrato.

4.3. Critério de seleção do fornecedor

A contratação será realizada em **Lote Único**, a proposta vencedora será a que ofertar o **menor preço total dos prêmios**.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 CONDIÇÕES GERAIS

5.1.1 Valor de mercado referenciado

5.1.1.1 Em caso de indenização integral, o valor pago deverá ser tomado como base em 100% (cem por cento) do valor divulgado pela FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, divulgada pelo site www.fipe.org.br. E, em caso de extinção ou interrupção da



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT Nº 02/2023

publicação da mesma, a tabela substituta será a tabela MOLICAR, divulgada pelo site www.molicar.com.br, com o mesmo percentual. Fica vedada a utilização de qualquer outra tabela.

5.1.1.2 Em se tratando de sinistro envolvendo veículos zero quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo por um prazo não inferior a **noventa** dias a contar da data de seu recebimento pelo contratante, independente da quilometragem rodada no período. Entende-se por valor de veículo novo, o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.

5.1.2 Da Apólice

5.1.2.1 A emissão deverá observar o previsto neste item, podendo resultar em uma única apólice, que poderá ocorrer por meio eletrônico, não gerando custo para a CONTRATANTE.

5.1.2.2 Deverá ser emitida apólice para os veículos constantes da tabela do anexo I. Devendo constar na apólice referida:

5.1.2.3 Vigência a partir da efetivação da contratação. (item 4)

5.1.2.4 Identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações.

5.1.2.5 Indicação da tabela de referência e da tabela substituta e seus respectivos veículos de publicação.

5.1.2.6 Indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado. No caso 100% (cem por cento).

5.1.2.7 Prêmios discriminados por cobertura.

5.1.2.8 Limites de indenização por cobertura, conforme valores constantes da planilha de composição de custo (ver nexos):

a) Responsabilidade Civil Facultativa - RCF:

I - Valor mínimo para indenização de danos materiais: R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);

I I - Valor mínimo para indenização de danos pessoais: R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);

b) Acidente por Passageiro - APP:

I - Valor mínimo para indenização morte por pessoa: R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais);

II - Valor para indenização invalidez por pessoa: R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais);

5.1.2.9 Bônus, quando houver, observando o disposto no item 5.1.5 deste Termo de Referência.

5.1.2.10 Franquia aplicável. Observando o disposto no item 5.1.7 deste Termo de Referência.

5.1.2.11 A entrega da apólice definitiva deverá ser realizada no prazo máximo de **vinte** dias, a contar do aceite da nota de empenho.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 02/2023

5.1.2.12 A empresa deverá entregar a apólice referente a tabela do anexo I, no Setor de Transportes do Tribunal, na Travessa Dom Pedro I, 746 (Coordenadoria de Segurança Institucional - CODSE), bairro do Umarizal - Belém - PA - CEP 66.050-100 ou pelo e-mail codse@trt8.jus.br.

5.1.2.13 Para a emissão de **segunda** via, emissão de apólice por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, **vinte** dias a contar de pedido expresso pelo Setor de Transportes.

5.1.2.14 O fato de a seguradora deixar de entregar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos neste contrato, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos bem como a aplicação das penas previstas em lei.

5.1.3 Da Avaria

5.1.3.1 Caso haja alguma avaria preexistente e qualificada na vistoria de contratação do seguro, não será impeditivo para contratação sendo, porém, excluídas da cobertura do seguro em caso de sinistro de Perda Parcial.

5.1.3.2 . Após procedimento de recuperação, pela CONTRATANTE durante a vigência do seguro, esta deverá submeter o veículo a uma nova vistoria para exclusão da "Cláusula de Avaria".

5.1.3.3 Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de Indenização Integral.

5.1.3.4 Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria prévia, será desconsiderada qualquer cláusula de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com objeto deste seguro.

5.1.4 Do Aviso de Sinistro

5.1.4.1 A CONTRATADA deverá colocar à disposição da CONTRATANTE, **vinte quatro** horas por dia durante **sete** dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.

5.1.4.2 A central poderá funcionar por e-mail, telefone, fax ou serviço *online*, com acessibilidade em todo o território nacional.

5.1.4.3 Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a CONTRATADA terá, no máximo, **cinco** dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.

5.1.4.4 Havendo a necessidade de reboque, a CONTRATADA deverá atender o chamado em um prazo máximo de **três** horas após o aviso de sinistro.

5.1.4.5 Em caso de sinistro, que envolvam apenas danos materiais, a CONTRATADA terá o prazo máximo de **setenta e duas**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT Nº 02/2023

horas, após o aviso do sinistro, para fornecer carro reserva, com as mesmas características, sem ônus para o CONTRATANTE, a fim de substituir o que estiver acidentado/impossibilitado de uso, enquanto perdurar a conclusão dos serviços de recuperação necessários.

5.1.5 Dos Bônus

5.1.5.1 A licitante vencedora, independente de ser ou não a atual contratada, deverá observar os bônus existentes nas atuais apólices, conforme valores descritos na tabela do anexo I, elevando, em mais **um**, a bonificação para o período da vigência da apólice.

5.1.6 Do Endosso

5.1.6.1 Quaisquer alterações tais como inclusão, substituição e exclusão de veículos, na apólice poderão ser solicitadas pelo Tribunal e processadas pela seguradora, mediante endosso, aplicando-se as regras constantes deste Termo de Referência.

5.1.6.2 Poderá ser solicitado, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto deste contrato, que apresentarem durante o período da vigência do mesmo.

5.1.6.3 A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de **vinte** dias a contar do pedido expresso pelo Setor de Transportes.

5.1.7 Da Franquia

5.1.7.1 A franquia considerada será a do tipo **REDUZIDA** devendo ainda ser observados os itens a seguir:

5.1.7.2 A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).

5.1.7.3 Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices, devendo, para isso, serem consideradas as informações e detalhes constantes deste Termo, podendo ser ofertada, de acordo com análise por veículos e seus devidos bônus.

5.1.7.4 Em caso de Sinistro de Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo Tribunal, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo; caso a concessionária/oficina não esteja com sua documentação relativa ao Fisco, à Seguridade Social e ao FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço regular, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.

5.1.7.5 Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 02/2023

explosão.

5.1.8 Salvados

5.1.8.2 Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.

5.1.9 Dos Sinistros

5.1.9.1 Dos Riscos Cobertos - "SEGURO TOTAL". O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pelo contratante, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional, conforme segue:

5.1.9.2 Roubo ou furto, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros.

5.1.9.3 Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento.

5.1.9.4 Raios e suas consequências.

5.1.9.5 Incêndios e explosões, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros.

5.1.9.6 Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo.

5.1.9.7 Acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado.

5.1.9.8 Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo.

5.1.9.9 Granizo.

5.1.9.10 Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros.

5.1.9.11 Responsabilidade Civil Facultativa - RCF (Danos Pessoais).

5.1.9.12 Acessórios não referentes a som e imagem, inclusive os originais de fábrica.

5.1.9.13 Indenização por quebra fortuita dos vidros do veículo, incluindo, para-brisas, vidros laterais e traseiro.

5.1.9.14 Indenização por quebra fortuita dos faróis, lanternas e retrovisores do veículo.

5.1.9.15 Cobertura adicional de assistência **vinte e quatro** horas, com os seguintes serviços mínimos:

a) Chaveiro;

b) Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pelo



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 02/2023

contratante;

c) Transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado; transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo.

5.1.9.16 As empresas interessadas em vistoriar os veículos a serem segurados poderão comparecer aos locais onde os veículos encontram-se alocados, em dias e horários a serem marcadas previamente pelo e-mail codse@trt8.jus.br

5.1.9.17 O fato de a seguradora deixar de realizar a vistoria ora prevista não motiva descumprir as obrigações pertinentes a esse objeto, inclusive quanto à cobertura de equipamentos e de acessórios.

5.1.10 Regulação de Sinistro

5.1.10.1 Ocorrendo sinistro, A CONTRATADA deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de **cinco** dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.

5.1.10.2 Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a CONTRATADA arcar com o ônus da execução integralmente.

5.1.10.3 Não será fixado prazo para comunicação de sinistro, podendo ser realizado a critério da CONTRATANTE.

5.1.10.4 Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional.

5.1.10.5 Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo do CONTRATANTE. Não cabendo, pela contratada, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.

5.1.10.6 O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a **trinta** dias do aviso de sinistro.

5.1.11 Da Indenização

5.1.11.1 Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da CONTRATADA.

5.1.11.2 Os danos materialmente comprovados, causados pela seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da CONTRATADA.

5.1.11.3 Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 02/2023

pela CONTRATANTE e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.

5.1.12 Da Indenização Integral

5.1.12.1 Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de **setenta e cinco por cento** do valor referenciado.

5.1.12.2 Em caso de indenização integral a CONTRATADA não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.

5.1.12.3 Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do mesmo e da sociedade seguradora.

5.1.13 Do Questionário de Avaliação de Risco

5.1.15.1 Os veículos são conduzidos exclusivamente por servidores, enquanto no Tribunal e demais localidades onde encontram-se alocados, permanecem recolhidos em estacionamento fechado e privativo.

5.1.13.2 Não há previsão de quantidade de quilômetros a serem percorridos pelos veículos da frota do Tribunal no período de vigência do seguro.

5.1.13.3 Portanto, devido às características peculiares do serviço, o questionário de avaliação de risco não será aplicado, não motivando o descumprimento das obrigações pertinentes a esse objeto.

5.1.14 Da Inclusão e Substituição

5.1.14.1 Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo, durante o período da vigência deste contrato, a empresa deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou este contrato.

5.1.14.2 Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a CONTRATADA deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

5.1.14.3 A devolução deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU - Guia de Recolhimento da União, devendo a empresa enviar recibo para o Setor de Transportes do Tribunal, pelo e-mail codse@trt8.jus.br

5.1.14.4 Caberá ao Setor de Transportes do Tribunal, através do servidor responsável pela Fiscalização contratual, em qualquer dos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 02/2023

itens, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos.

5.1.15 Da Exclusão

5.1.15.1 Havendo a necessidade, durante o período de vigência deste contrato, de exclusão de veículo, a empresa deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a fórmula:

$X \div 12 = Y$ e $Y \times Z = VT$ onde:

X = Valor anual do prêmio por veículo;

12 = Número de meses;

Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término do contrato;

VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.

5.1.15.2 O valor de Z, número de meses restantes para o término do contrato, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pelo Setor de Transportes à operadora do referido seguro. Esta comunicação poderá ser realizada através de correspondência eletrônica.

5.1.15.3 Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a **quinze** dias.

5.1.15.4 A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de GRU - Guia de Recolhimento da União, com orientações a ser solicitadas ao Tribunal, devendo a empresa enviar recibo, devidamente quitado, ao Setor de Transportes, pelo e-mail codse@trt8.jus.br.

5.1.16 Local de execução

5.1.16.1 Os serviços serão executados nos veículos oficiais pertencentes à frota do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, relacionados na Tabela I do Anexo I, em uso nos Estados do Pará e Amapá, tendo como sede a cidade de Belém, Estado do Pará.

5.1.17 Da Frota

5.1.17.1 Relação e especificação dos veículos: Conforme Tabela I do Anexo I.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão da contratação decorrente do pedido de fornecimento, instrumentalizado por Nota de Empenho, observarão, no que couber, o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos do TRT 8ª Região, disponível em <https://www.trt8.jus.br/governanca/manual-de-gestao-e-fiscalizacao-de-contratos-administrativos>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 02/2023

7. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Por se tratar de serviços comuns deve ser adotada licitação na modalidade Pregão.

8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Deve ser adotado o critério de menor preço da somatória dos prêmios dos veículos descritos na Tabela I.

9. ESTIMATIVA DE PREÇOS

9.1. Com fundamento no artigo 5º, **II, III e IV da IN 73/2020**, os valores para a contratação estão estimados com base em pesquisa de preços públicos obtidos junto à mídia especializada, bem como em pesquisa direta junto a fornecedores, face à falta de preços públicos para os veículos tipo SUV ano 2022.

A pesquisa de preços junto aos fornecedores foi obtida apenas uma única proposta, conforme se verificam pelos e-mail enviados.

O valor estimado para contratação é de R\$82.683,82 (oitenta e dois mil, seiscentos e oitenta e três reais e oitenta e dois centavos), cujos resultados estão dispostos no Anexo I deste Termo de Referência.

9.1.2. Desta forma foram atendidas as normativas contidas do **artigo 5º, da IN nº 73/2020**, descrito abaixo, cujo resultado é aqui apresentado.

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

9.3. Sendo feita análise crítica dos preços coletados, observou-se que os valores das propostas não apresentaram grande variação entre



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT Nº 02/2023

si. Assim, buscou-se, dentro do conhecimento dos serviços a serem adquiridos/contratados, estabelecer um preço de referência condizente com o praticado no mercado. O Mapa de preço foi composto de cotações válidas com valores aproximados e equilibrados. Conforme doc. nº 12.

9.2 Adequação Orçamentária (SIGEO-JT - (151092021000087))

ORIGEM DO RECURSO	CÓDIGO SIGEO	DESCRIÇÃO DO ITEM NO SIGEO	VALOR DA CONTRATAÇÃO
APLICA	ITEM 82	Constante do PAC 2023	\$82,683.82

10. PROPOSTA COMERCIAL:

10.1. A licitante deverá consignar, o valor total dos serviços para fornecimento; já considerados e inclusos os custos com frete, transporte, tributos, tarifas e as despesas decorrentes da execução do objeto; sendo a proposta para o lote único, considerando-se o menor preço ofertado.

10.2. A proposta comercial terá validade de no mínimo 90 (noventa) dias.

10.3. Caso este prazo não esteja expressamente indicado na proposta, o mesmo será considerado como aceito para efeito de validade da mesma.

11. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

11.1. Tendo em vista que o art.24 do Decreto Lei 73/66 determina que apenas Sociedades Anônimas e Cooperativas podem operar seguros privados, não será possível a participação de Microempresas e empresas de Pequeno Porte.

12. RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA

Belém, 23 de dezembro de 2022.

Cledisson Tavares Santos

Agente da Polícia Judicial

Responsável pela elaboração do Termo de Referência

Walter Pinheiro Pereira

Assistente Administrativo - CODSE

Responsável pela elaboração do Termo de Referência



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 02/2023**

DECLARAÇÃO DE APROVAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA, VERSÃO 2.0

Levando-se em conta os critérios de conveniência e oportunidade, **Aprovo o TERMO DE REFERÊNCIA, VERSÃO 2.0**, que tem por objeto a realização de Pregão eletrônico em lote único, com a finalidade de contratação de empresa de seguros para os veículos pertencentes à frota deste Tribunal

Belém, 23 de dezembro de 2022.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA – CEL PM/RR
Coordenador de Segurança Institucional



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 02/2023

ANEXO/APENSO I
TABELA I - RELAÇÃO DOS VEÍCULOS E PREÇOS MÉDIOS DOS PRÊMIOS

FROTA DE VEÍCULOS DO TRT 8ª REGIÃO - ATUALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2022						
ITEM 01	: PICK-UP - NISSAN/2013 E L-200/2012					
	PLACA	MARCA	MODELO	ANO	LOCAL DE UTILIZAÇÃO	MÉDIA DE PRÊMIO
	OTD-9644	NISSAN	FRONTIER	2013	ANANINDEUA	\$1.079,29
	OTU-6763	NISSAN	FRONTIER	2013	BREVES	\$1.079,29
	OTU-5883	NISSAN	FRONTIER	2013	BELEM	\$1.079,29
	OTU-5823	NISSAN	FRONTIER	2013	CASTANHAL	\$1.079,29
	OTU-5803	NISSAN	FRONTIER	2013	REDENÇÃO	\$1.079,29
	OTU-5743	NISSAN	FRONTIER	2013	PARAUPEBAS	\$1.079,29
	OTU-5703	NISSAN	FRONTIER	2013	MONTE DOURADO	\$1.079,29
	OTU-5673	NISSAN	FRONTIER	2013	PARAGOMINAS	\$1.079,29
	OTU-5553	NISSAN	FRONTIER	2013	BELEM	\$1.079,29
	OTU-5533	NISSAN	FRONTIER	2013	BELEM	\$1.079,29



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT Nº 02/2023

	OTU-5523	NISSAN	FRONTIER	2013	ABAETETUBA	\$1.079,29
	OFR-3572	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2012	ÓBIDOS	\$1.079,29
	OFR-3542	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2012	SANTARÉM	\$1.079,29
	OFR-3482	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2012	BELEM	\$1.079,29
TOTAL DO ITEM 01						\$15.110,06
ITEM 02	PICK-UP -L-200/2017 E TRAILBLAZER					
	PLACA	MARCA	MODELO	ANO	LOCAL DE UTILIZAÇÃO	MÉDIA DE PRÊMIO
	QEC-5678	CHEVROLET	TRAILBLAZER	2017	BELEM	\$1.227,85
	QEW-9939	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	ANANINDEUA	\$1.493,64
	QEW-9859	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	ABAETETUBA	\$1.493,64
	QEW-9749	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	MACAPÁ	\$1.493,64
	QEW-9709	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	MARABÁ	\$1.493,64
	QEW-9669	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	SANTA ISABEL	\$1.493,64
	QEU-9459	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	REDENÇÃO	\$1.493,64
	QEU-9399	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	PARAUPEBAS	\$1.493,64



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT Nº 02/2023

	QEU-9329	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	ITAITUBA	\$1.493,64
	QEU-9249	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	ALTAMIRA	\$1.493,64
	QEU-9169	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	SÃO FÉLIX DO XINGU	\$1.493,64
	QEU-9109	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	CAPANEMA	\$1.493,64
	QEU-9039	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	TUCURUÍ	\$1.493,64
	QEX-0289	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	SANTARÉM	\$1.493,64
	QEX-0259	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	MACAPÁ	\$1.493,64
	QEX-0159	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	MARABÁ	\$1.493,64
	QEX-0119	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	XINGUARA	\$1.493,64
	QEX-0029	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	BELEM	\$1.493,64
TOTAL DO ITEM 02						\$26.619,73
ITEM 03	SEDAN SERVIÇO - FORD KD/2017					
	PLACA	MARCA	MODELO	ANO	LOCAL DE UTILIZAÇÃO	MÉDIA DE PRÊMIO
	QEX-1841	FORD	KA	2017	BELEM	\$1.071,59
	QEX-1821	FORD	KA	2017	BELEM	\$1.071,59



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT Nº 02/2023

	QEX-1801	FORD	KA	2017	BELEM	\$1.071,59
	QEX-1771	FORD	KA	2017	BELEM	\$1.071,59
	QEX-1761	FORD	KA	2017	BELEM	\$1.071,59
TOTAL DO ITEM 03						\$5.357,95
SEDAN TIPO - COROLLA/2013 E VIRTUS						
ITEM 04	PLACA	MARCA	MODELO	ANO	LOCAL DE UTILIZAÇÃO	MÉDIA DE PRÊMIO
	OTA-7382	TOYOTA	COROLA	2013	BELEM	\$983,43
	OTA-7312	TOYOTA	COROLA	2013	BELEM	\$983,43
	OTA-7252	TOYOTA	COROLA	2013	BELEM	\$983,43
	OTA-7132	TOYOTA	COROLA	2013	BELEM	\$983,43
	QVH-3420	VOLKWAGEM	VIRTUS MF	2019	BELEM	\$1.215,32
	QVH-3690	VOLKWAGEM	VIRTUS MF	2019	BELEM	\$1.215,32
	QVH-3480	VOLKWAGEM	VIRTUS MF	2019	BELEM	\$1.215,32
	QVH-3580	VOLKWAGEM	VIRTUS MF	2019	BELEM	\$1.215,32
TOTAL DO ITEM 04						\$8.795,00
: SEDAN TIPO - PEUGEOT 408 GRIFE						



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT Nº 02/2023

ITEM 05	PLACA	MARCA	MODELO	ANO	LOCAL DE UTILIZAÇÃO	MÉDIA DE PRÊMIO
	QEZ- 3739	PEUGEOT	408 GRIFE	2017	BELEM	\$1.075,27
	QEZ- 2679	PEUGEOT	408 GRIFE	2017	BELEM	\$1.075,27
	QEZ- 2609	PEUGEOT	408 GRIFE	2017	BELEM	\$1.075,27
	QEZ- 2469	PEUGEOT	408 GRIFE	2017	BELEM	\$1.075,27
TOTAL DO ITEM 05						\$4.301,08
VEÍCULOS DE SERVIÇOS COMUNS						
ITEM 06	PLACA	MARCA	MARCA	ANO	LOCAL DE UTILIZAÇÃO	MÉDIA DE PRÊMIO
	RWP5J78	JEEP	COMMANDER	2022	BELEM	\$7.500,00
	RWP5J88	JEEP	COMMANDER	2022	BELEM	\$7.500,00
	RWP5J58	JEEP	COMMANDER	2022	MACAPÁ	\$7.500,00
TOTAL DO ITEM 06						\$22.500,00
TOTAL DA CONTRATAÇÃO						\$82.683,82



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 02/2023

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA ESCRITA

Prezados Senhores,

A Empresa....., situada à..... (endereço completo), inscrita no CNPJ CONTA CORRENTE:..... BANCO (COD):..... AGÊNCIA (COD):....., e telefones/fax para contatos:, por intermédio de seu representante legal, nome, estado civil, profissão, cargo na empresa, nº do CPF e RG, domicílio, telefone, fax, e-mail, para os fins do **Pregão Eletrônico nº. XX/202x**, e após examinar todas as cláusulas e condições, apresentamos nossa proposta nos termos consignados no mencionado ato convocatório e seus anexos.

Declaramos concordar com os prazos previstos, como também, com as demais condições previstas no **Anexo I - Termo de Referência** do edital.

Declaramos que estão inclusos nos preços ofertados todos os tributos, custos e despesas diretas ou indiretas, sendo de nossa inteira responsabilidade, ainda, os que porventura venham a ser omitidos na proposta ou incorretamente cotados, com a finalidade de otimização e redução de custos e as despesas decorrentes da execução do objeto.

Declaramos que o prazo de validade da nossa proposta é de (**mínimo de 90 dias**), contado da data da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

Declaramos que os serviços abaixo serão prestados de acordo com suas respectivas especificações técnicas detalhadas no **ANEXO I- Termo de referência**.

Declaramos que o valor GLOBAL de nossa proposta está detalhado conforme tabela abaixo:

FROTA DE VEÍCULOS DO TRT 8ª REGIÃO - ATUALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2022							
ITEM	PLACA	MARCA	MODELO	ANO	LOCAL DE UTILIZAÇÃO	FRANQUIA	PRÊMIO
1	QEZ-3739	PEUGEOT	408 GRIFE	2017	BELÉM		
2	QEZ-2679	PEUGEOT	408 GRIFE	2017	BELÉM		
3	QEZ-2609	PEUGEOT	408 GRIFE	2017	BELÉM		
4	QEZ-2469	PEUGEOT	408 GRIFE	2017	BELÉM		
5	OTA-7382	TOYOTA	COROLA	2013	BELÉM		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 02/2023

6	OTA-7312	TOYOTA	COROLA	2013	BELÉM		
7	OTA-7252	TOYOTA	COROLA	2013	BELÉM		
8	OTA-7132	TOYOTA	COROLA	2013	BELÉM		
9	QVH-3420	VOLKWAGEM	VIRTUS MF	2019	BELÉM		
10	QVH-3690	VOLKWAGEM	VIRTUS MF	2019	BELÉM		
11	QVH-3480	VOLKWAGEM	VIRTUS MF	2019	BELÉM		
12	QVH-3580	VOLKWAGEM	VIRTUS MF	2019	BELÉM		
13	RWP5J78	JEEP	COMMANDER	2022	BELÉM		
14	RWP5J88	JEEP	COMMANDER	2022	BELÉM		
15	RWP5J58	JEEP	COMMANDER	2022	MACAPÁ		
16	QEC-5678	CHEVROLET	TRAILBLAZE R	2017	BELÉM		
17	QEW-9939	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	ANANINDEUA		
18	QEW-9859	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	ABAETETUBA		
19	QEW-9749	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	MACAPÁ		
20	QEW-9709	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	MARABÁ		
21	QEW-9669	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	SANTA ISABEL		
22	QEU-9459	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	REDENÇÃO		
23	QEU-9399	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	PARAUPEBAS		
24	QEU-9329	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	ITAITUBA		
25	QEU-9249	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	ALTAMIRA		
26	QEU-9169	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	SÃO FÉLIX DO XINGU		
27	QEU-9109	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	CAPANEMA		
28	QEU-9039	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	TUCURUÍ		
29	QEX-0289	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	SANTARÉM		
30	QEX-0259	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	MACAPÁ		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT Nº 02/2023

31	QEX-0159	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	MARABÁ		
32	QEX-0119	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	XINGUARA		
33	QEX-0029	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	BELÉM		
34	QEX-1841	FORD	KA	2017	BELÉM		
35	QEX-1821	FORD	KA	2017	BELÉM		
36	QEX-1801	FORD	KA	2017	BELÉM		
37	QEX-1771	FORD	KA	2017	BELÉM		
38	QEX-1761	FORD	KA	2017	BELÉM		
39	OTD-9644	NISSAN	FRONTIER	2013	ANANINDEUA		
40	OTU-6763	NISSAN	FRONTIER	2013	BREVES		
41	OTU-5883	NISSAN	FRONTIER	2013	BELÉM		
42	OTU-5823	NISSAN	FRONTIER	2013	CASTANHAL		
43	OTU-5803	NISSAN	FRONTIER	2013	REDENÇÃO		
44	OTU-5743	NISSAN	FRONTIER	2013	PARAUAPEBAS		
45	OTU-5703	NISSAN	FRONTIER	2013	MONTE DOURADO		
48	OTU-5673	NISSAN	FRONTIER	2013	PARAGOMINAS		
47	OTU-5553	NISSAN	FRONTIER	2013	BELÉM		
48	OTU-5533	NISSAN	FRONTIER	2013	BELÉM		
49	OTU-5523	NISSAN	FRONTIER	2013	ABAETETUBA		
50	OFR-3572	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2012	ÓBIDOS		
51	OFR-3542	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2012	SANTARÉM		
52	OFR-3482	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2012	BELÉM		

....., de de 202x.

Responsável da Empresa



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 02/2023**

ANEXO III

CONTRATO TRT N° XXX/2023

CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS OFICIAIS DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO NOS ESTADOS DO PARÁ E AMAPÁ, COM COBERTURA ANUAL CONTRA DANOS MATERIAIS RESULTANTES DE SINISTROS DE ROUBO OU FURTO, COLISÃO E INCÊNDIO, DANOS CAUSADOS PELA NATUREZA E ASSISTÊNCIA VINTE E QUATRO HORAS, SETE DIAS POR SEMANA, QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXX.

CONTRATANTES: A UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, inscrito no Ministério da Fazenda, sob o nº 01.547.343/0001-33, com sede na Trav. D. Pedro I, nº 746, Bairro: Umarizal, Belém-Pará, CEP: 66.050-100, e a Empresa xxxxxxxx, doravante denominados, respectivamente, TRIBUNAL e CONTRATADA.

REPRESENTANTES: O(A) Exm(º)(ª). Sr(ª). xxxxxxxxx, RG: xxxxxxxx SEGUP/PA, CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxx, **Diretor-Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região**, representa a UNIÃO, e o(a) Sr(ª). xxxxxxxx, C.P.F. Nº xxxxxxxx, residente e domiciliado(a) à xxxxxxxx, representa a CONTRATADA.

SEDE E REGISTRO DA CONTRATADA: A CONTRATADA é estabelecida na cidade de xxxxxxxx, Estado do xxxxxxxx, na Rua xxxxxxxx e está inscrita no Ministério da Fazenda, sob o nº xxxxxxxx, Inscrição Estadual nº xxxxxxxx.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO DO CONTRATO.

1.1. Este Contrato decorre da Licitação realizada através do **Pregão Eletrônico nº XX/202X, Processo T.R.T. Nº 7651/2022**, nos termos da Lei nº. 10.520/2002, regulamentada pelo Decreto nº. 10.024/2019, Lei nº. 8.666/1993, Lei Complementar nº 123/2006 e Lei nº. 8.078/1990.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO.

2.1. O presente instrumento tem por objeto a contratação de de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 02/2023

seguro para os veículos oficiais do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região nos Estados do Pará e Amapá, com cobertura anual contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão e incêndio, danos causados pela natureza e assistência vinte e quatro horas, sete dias por semana, conforme especificações, condições e prazos definidos no Anexo I - Termo de Referência e demais anexos deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR.

3.1. O valor total deste Contrato é de R\$ xxxxxx (xxxxxxx), conforme discriminado na tabela abaixo:

FROTA DE VEÍCULOS DO TRT 8ª REGIÃO - ATUALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2022							
ITEM	PLACA	MARCA	MODELO	ANO	LOCAL DE UTILIZAÇÃO	FRANQUIA	PRÊMIO
1	QEZ-3739	PEUGEOT	408 GRIFE	2017	BELÉM		
2	QEZ-2679	PEUGEOT	408 GRIFE	2017	BELÉM		
3	QEZ-2609	PEUGEOT	408 GRIFE	2017	BELÉM		
4	QEZ-2469	PEUGEOT	408 GRIFE	2017	BELÉM		
5	OTA-7382	TOYOTA	COROLA	2013	BELÉM		
6	OTA-7312	TOYOTA	COROLA	2013	BELÉM		
7	OTA-7252	TOYOTA	COROLA	2013	BELÉM		
8	OTA-7132	TOYOTA	COROLA	2013	BELÉM		
9	QVH-3420	VOLKWAGEM	VIRTUS MF	2019	BELÉM		
10	QVH-3690	VOLKWAGEM	VIRTUS MF	2019	BELÉM		
11	QVH-3480	VOLKWAGEM	VIRTUS MF	2019	BELÉM		
12	QVH-3580	VOLKWAGEM	VIRTUS MF	2019	BELÉM		
13	RWP5J78	JEEP	COMMANDER	2022	BELÉM		
14	RWP5J88	JEEP	COMMANDER	2022	BELÉM		
15	RWP5J58	JEEP	COMMANDER	2022	MACAPÁ		
16	QEC-5678	CHEVROLET	TRAILBLAZE R	2017	BELÉM		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 02/2023

17	QEW-9939	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	ANANINDEUA		
18	QEW-9859	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	ABAETETUBA		
19	QEW-9749	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	MACAPÁ		
20	QEW-9709	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	MARABÁ		
21	QEW-9669	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	SANTA ISABEL		
22	QEU-9459	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	REDENÇÃO		
23	QEU-9399	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	PARAUPEBAS		
24	QEU-9329	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	ITAITUBA		
25	QEU-9249	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	ALTAMIRA		
26	QEU-9169	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	SÃO FÉLIX DO XINGU		
27	QEU-9109	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	CAPANEMA		
28	QEU-9039	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	TUCURUÍ		
29	QEX-0289	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	SANTARÉM		
30	QEX-0259	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	MACAPÁ		
31	QEX-0159	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	MARABÁ		
32	QEX-0119	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	XINGUARA		
33	QEX-0029	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2017	BELÉM		
34	QEX-1841	FORD	KA	2017	BELÉM		
35	QEX-1821	FORD	KA	2017	BELÉM		
36	QEX-1801	FORD	KA	2017	BELÉM		
37	QEX-1771	FORD	KA	2017	BELÉM		
38	QEX-1761	FORD	KA	2017	BELÉM		
39	OTD-9644	NISSAN	FRONTIER	2013	ANANINDEUA		
40	OTU-6763	NISSAN	FRONTIER	2013	BREVES		
41	OTU-5883	NISSAN	FRONTIER	2013	BELÉM		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 02/2023

42	OTU-5823	NISSAN	FRONTIER	2013	CASTANHAL		
43	OTU-5803	NISSAN	FRONTIER	2013	REDENÇÃO		
44	OTU-5743	NISSAN	FRONTIER	2013	PARAUAPEBAS		
45	OTU-5703	NISSAN	FRONTIER	2013	MONTE DOURADO		
48	OTU-5673	NISSAN	FRONTIER	2013	PARAGOMINAS		
47	OTU-5553	NISSAN	FRONTIER	2013	BELÉM		
48	OTU-5533	NISSAN	FRONTIER	2013	BELÉM		
49	OTU-5523	NISSAN	FRONTIER	2013	ABAETETUBA		
50	OFR-3572	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2012	ÓBIDOS		
51	OFR-3542	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2012	SANTARÉM		
52	OFR-3482	MITSUBISHI	L 200 TRITON	2012	BELÉM		

3.2. As especificações técnicas do(s) grupo(s) contratado(s) está(ão) detalhada(s) em suas respectivas descrições no **ANEXO I - Termo de referência** que integra este contrato, independentemente de transcrição.

3.3. Nos valores acima consignados já estão inclusos todos os custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucros e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Contrato e seu anexo.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas da presente licitação estão classificadas como:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 02/2023

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA E PRE-EMPENHO

PRÓDAD:	7651/2022		
DADOS BÁSICOS			
FAVORECIDO:	NÃO SE APLICA	CNPJ/CPF:	NÃO SE APLICA
AMPARO LEGAL:	126 PREGÃO LEI 10.520 / 2002		
ITEM DE PLANEJAMENTO SISEG:	PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA/2023/ITEMS/CÓDIGO SISEG: 151092023290975		
OBJETO RESUMIDO/FINALIDADE:	PREGÃO ELETRÔNICO, VISANDO A CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS OFICIAIS DO TRT, COM COBERTURA ANUAL CONTRA DANOS MATERIAIS RESULTANTES DE SINISTROS DE ROUBO OU FURTO, COLISÃO E INCÊNDIO, DANOS CAUSADOS PELA NATUREZA E ASSISTÊNCIA VINTE E QUATRO HORAS, SETE DIAS POR SEMANA, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, QUE INTEGRARÁ A MINUTA DO EDITAL (DOE: 22) COMO ANEXO I, E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES.		

DADOS ORÇAMENTÁRIOS						
PROGRAMA DE TRABALHO RESUMIDO (PTRES):	157991					
FONTE:	100					
TIPO DE EMPENHO:	ESTIMATIVO					
LISTA DE ITENS						
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	NATUREZA DA DESPESA	SUBITEM	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR DO ITEM
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO PARA 52 (CINQUENTA E DOIS) VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA DO TRT.	339009	09	1	R\$ 52.855,52	R\$ 52.855,52
02						
03						
04						
05						
TOTAL						R\$ 52.855,52

DESPESA COM EXECUÇÃO PARCELADA					IMPACTO ORÇAMENTÁRIO	
MEMÓRIA DE CÁLCULO DE DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO						
VALOR CONTRATUAL ESTIMADO	VALOR ANUAL	VALOR MENSAL	COMPETÊNCIAS NO EXERCÍCIO	MESES DE REFERÊNCIA	SALDO ORÇAMENTÁRIO DISPONÍVEL	% DE IMPACTO EM RELAÇÃO AO SALDO
					R\$ 49.818.052,00	0,17%

*Base legal: Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, art. 26, inciso I

CLÁUSULA QUINTA - DOS LOCAIS, PROCEDIMENTOS E PRAZOS DA EXECUÇÃO DO OBJETO.

5.1. Os locais, procedimentos e prazos de execução do objeto deverão ocorrer conforme estabelecido no **ANEXO I - Termo de Referência** que é parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA.

6.1. O prazo de vigência deste contrato será de 12(doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos até o limite de 60(sessenta) meses.

6.1.1. A contagem do prazo de vigência se inicia na **data da assinatura deste contrato**, com eficácia após a publicação do seu



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 02/2023

extrato no Diário Oficial da União.

6.1.2. A data de início dos serviços será definida pela FISCALIZAÇÃO, com a emissão da ordem de serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA - ENCARGOS DO TRIBUNAL (CONTRATANTE).

7.1. A contratante atenderá as obrigações previstas nos **ITEM 5.1** do Termo de Referência que é parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA OITAVA - ENCARGOS DA CONTRATADA.

8.1. A contratada atenderá as obrigações previstas nos **ITEM 5.1** do Termo de Referência que é parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS, FISCAIS E GERAIS.

9.1. À CONTRATADA caberá, ainda:

9.1.1. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o TRIBUNAL;

9.1.2. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da prestação dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do TRIBUNAL;

9.1.3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à prestação dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

9.1.4. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do presente Contrato.

9.2. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos neste item, não transfere à Administração do TRIBUNAL a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com o TRIBUNAL.

9.3. É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Tribunal durante a vigência deste Contrato.

9.4. É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do Tribunal.

9.5. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto licitatório.

9.6. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 02/2023

que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, nos termos da Resolução n°. 07/2005 do CNJ. A vedação contida na Resolução n°. 07/2005 do CNJ não se aplica aos agentes citados, quando este não atuarem na linha hierárquica que vai do órgão licitante ao dirigente máximo da entidade, por não haver, via de regra, risco potencial de contaminação do processo licitatório, nos termos da Resolução n°. 229/2016 do CNJ.

9.7. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação do Art. 1º e 2º da Resolução n°. 156/2012 do CNJ.

9.8. A contratada deverá assegurar, durante a vigência do contrato, capacitação a todos os trabalhadores em saúde e segurança no trabalho, dentro da jornada de trabalho, com carga horária mínima de 2 (duas) horas mensais, conforme a Resolução n° 98/2012 do CSJT.

9.9. Observar, no que couber, o disposto na Recomendação n° 117, de 27/10/2021, do Conselho Nacional de Justiça.

9.12. A CONTRATADA deverá realizar seu cadastro no Sistema de Gestão Orçamentária da Justiça do Trabalho - SIGEO JT.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO.

10.1. A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe supletivamente, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei n° 8.666/1993 combinado com o inciso XII do artigo 55 do mesmo diploma legal.

10.2. A execução deste Contrato deverá estar rigorosamente de acordo com as especificações e exigências definidas neste Contrato e no **Anexo I - Termo de Referência**, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser introduzidas se constarem de proposta apresentada por escrito, com a aprovação da FISCALIZAÇÃO do TRIBUNAL.

10.3. Os atrasos na execução do objeto deste Contrato somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior conforme disposições contidas no Código Civil Brasileiro, ou por força de fatos relacionados com o TRIBUNAL.

10.4. Na ocorrência de tais fatos, os pedidos de prorrogação deverão ser encaminhados a FISCALIZAÇÃO do TRIBUNAL, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o evento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO.

11.1. A execução deste Contrato será acompanhada e fiscalizada por

G:\Drives compartilhados\COLIC\ Gera\1-SeLIC\3- EDITAIS\2023\1-PREG ELET\PR-02-SEGURO VEÍCULOS-
Proc.7651-2022\EDIT\PR-02-SEGURO VEÍCULO-Proc.7651-22-EDITAL.odt



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 02/2023

servidores, devidamente designados pelo Diretor Geral deste TRIBUNAL, doravante denominados FISCALIZAÇÃO, com autoridade para exercerem, como representantes da Administração, toda e qualquer ação destinada e orientar, acompanhar e fiscalizar a execução contratual, nos termos deste Contrato, com prerrogativas para o recebimento do objeto, após sua conclusão.

11.2. A FISCALIZAÇÃO anotarará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, determinando o que for necessário à regularidade das faltas ou defeitos observados.

11.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da FISCALIZAÇÃO deverão ser encaminhadas eletronicamente a seus superiores hierárquicos em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

11.4. A FISCALIZAÇÃO poderá sustar qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que esta medida se tornar necessária.

11.5. Na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou de força maior que tenha o condão de motivar o atraso na prestação do objeto no prazo previsto neste Instrumento, deve a CONTRATADA submeter os fatos, por escrito e pela via eletrônica (dimop@trt8.jus.br), à FISCALIZAÇÃO do TRIBUNAL, com as justificativas correspondentes, acompanhadas da comprovação devida, para análise e decisão, desde que dentro do prazo estabelecido para a execução do objeto do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO RECEBIMENTO E DA ACEITAÇÃO.

12.1. O recebimento do objeto do contrato se dará em duas etapas:

12.1.1. Provisoriamente, imediatamente após a apresentação da nota fiscal correspondente aos serviços prestados no último período de adimplemento da obrigação, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações contratuais;

12.1.2. Definitivamente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após a verificação do pleno cumprimento dos serviços indicados.

12.2. Na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou de força maior que tenha o condão de motivar o atraso na prestação dos serviços nos prazos previstos neste Contrato, deve, a CONTRATADA submeter os fatos, por escrito, à FISCALIZAÇÃO do Tribunal, com as justificativas correspondentes, acompanhadas da comprovação devida, para análise e decisão, desde que dentro do prazo estabelecido para a entrega dos serviços.

12.3. Na hipótese de ser verificada a impropriedade dos serviços no ato da entrega, o mesmo será imediatamente rejeitado, no todo ou em parte, a critério da FISCALIZAÇÃO responsável pelo seu recebimento, sendo a contratada notificada a proceder às correções necessárias no prazo a ser assinado pela FISCALIZAÇÃO.

12.4. A não substituição do serviço no prazo estipulado pela FISCALIZAÇÃO ou a não retirada do mesmo no prazo previsto no subitem



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT Nº 02/2023

anterior, sujeitará a CONTRATADA em mora, cujo atraso computar-se-á desde o primeiro dia do vencimento do prazo.

12.5. A atestação de que trata a Cláusula Décima terceira deste Contrato será realizada logo após o recebimento definitivo de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ATESTAÇÃO.

13.1. A atestação do objeto do Contrato caberá ao servidor designado pelo Diretor-Geral do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, para acompanhar, orientar e fiscalizar a execução contratual, denominado FISCALIZAÇÃO.

13.2. A FISCALIZAÇÃO anotarará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO.

14.1. O TRIBUNAL realizará o pagamento no prazo de até 15(quinze) dias, contado do recebimento definitivo da apólice e recibo/nota fiscal.

14.2. A CONTRATADA deverá apresentar recibo/nota fiscal, para fins de pagamento, junto com a entrega definitiva da apólice, com preenchimento por parte de pessoa habilitada para tal.

14.3. Após recebimento da apólice e recibo/nota fiscal, de que trata o item anterior, o pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA.

14.4. O Tribunal reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, as apólices não estiverem de acordo com a especificação apresentada e aceita sem que isso gere direito à reajustamento de preços, atualização monetária ou aplicação de penalidade ao Tribunal.

14.5. Não havendo documentos a regularizar, o pagamento será processado no prazo de até 15 (quinze) dias consecutivos.

14.5.1. Será exigido a comprovação, por parte da contratada, da regularidade fiscal, incluindo a seguridade social, sob pena de violação do disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal;

14.5.2. Será exigido do contratado, manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.5.3. Nenhum pagamento será efetuado a contratada na pendência da atestação de conformidade da prestação do serviço, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

14.6. Caso ocorra atraso no pagamento da fatura, por estas estarem em desacordo com as exigências contratadas, o prazo começará a contar a partir da regularização da mesma.

14.7. As faturas emitidas para pagamento deverão conter somente as despesas relativas ao objeto do Contrato.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 02/2023

14.8. As faturas que apresentarem outras despesas relativas a serviços que não sejam o objeto contratado, serão devolvidas para fins de regularização, interrompendo portanto o prazo de dez dias.

14.9. O Tribunal poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas e indenizações devidas pela contratada, nos termos do Edital.

14.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização e compensação financeira devida pelo Tribunal, terá a aplicação da seguinte fórmula.

EM: $I \times N \times VP$

Onde:

EM= Encargos moratórios

N= Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a data efetiva do pagamento

VP= Valor da parcela a ser paga

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$I = (T/100)/365$ I= 0,0001644

TX= Percentual da taxa anual= %

14.10.1. A atualização e compensação de que trata este subitem será devida no momento do pagamento.

14.11. A CONTRATADA que eventualmente receber valor a maior, ao qual não lhe era devido, deverá devolver integralmente o montante recebido em excesso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL.

15.1. Este Instrumento poderá ser alterado na forma prevista no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da Administração do TRIBUNAL, com a apresentação das devidas justificativas adequadas ao Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO.

16.1. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

16.1.1. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

16.2. A rescisão do Contrato poderá ser:

16.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração do TRIBUNAL, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, notificando-se a CONTRATADA com antecedência mínima de 5 (cinco) dias; ou

16.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para a Administração do TRIBUNAL;

16.2.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria;

16.2.4. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 02/2023

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS PENALIDADES.

17.1. Pelo descumprimento das condições previstas neste instrumento, a DETENTORA fica sujeita à aplicação das seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções previstas no Edital:

17.1.1. Advertência;

17.1.2. Multa de 1% (um por cento) ao dia, incidente sobre o valor total do contrato, na hipótese de atraso no cumprimento dos prazos de entrega, **até o máximo de 30% (trinta por cento)**, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, uma vez comunicada oficialmente;

17.1.3. Multa de até 10% (dez por cento), incidente sobre o valor total do contrato, na hipótese de recusa injustificada aceitar o contrato ou substituir o objeto rejeitados pela Fiscalização do TRIBUNAL, a ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, uma vez comunicada oficialmente.

17.1.4. Multa de até 30%, incidente sobre o valor total do contrato, na hipótese de inexecução total ou parcial do objeto, a ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, uma vez comunicada oficialmente.

17.1.5. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso no fornecimento do material considerar-se-á o contrato total ou parcialmente não executado, aplicando-se a regra prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

17.1.6. Impedimento de licitar e contratar com a União, e, ainda, descredenciamento no sistema de cadastramento de fornecedores do Tribunal e do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nas hipóteses contempladas no Edital do Pregão.

17.2. Pelos motivos que se seguem, principalmente, a DETENTORA estará sujeita às penalidades tratadas na condição anterior:

17.2.1. Pelo fornecimento em desconformidade com o especificado;

17.2.2. Pelo descumprimento dos prazos e condições estabelecidos neste contrato e no Edital do Pregão.

17.3. As multas de que tratam os itens anteriores serão descontados do pagamento eventualmente devido pela Administração ou, na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhidas à União mediante Guia de Recolhimento da União - GRU, emitida através do site www.stn.fazenda.gov.br/siafi, LINK: Guia de Recolhimento da União > Impressão - GRU > UG: 080003; GESTÃO: 00001; RECOLHIMENTO CÓDIGO: 18831-0, ou cobradas judicialmente.

17.4. As multas e sanções legais poderão ser aplicadas conjuntamente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a serem aplicadas pela autoridade competente.

17.5. Caberá recurso das penalidades aplicadas à CONTRATADA,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT Nº 02/2023

observado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, a ser dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar a sua decisão, ou fazê-lo subir devidamente informado.

17.5.1. A autoridade competente para apreciar o recurso poderá, motivadamente e presentes razões de interesse público, dar eficácia suspensiva ao recurso interposto pela CONTRATADA.

17.6. A aplicação de quaisquer penalidades previstas no edital e seus anexos serão obrigatoriamente registradas no SICAF e precedida de regular processo administrativo, onde será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS GARANTIAS DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

18.1. Será exigida da CONTRATADA a apresentação à Secretaria Administrativa, até 15 (quinze) dias corridos, após a assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor anual do contrato e terá a sua vigência prorrogada/renovada na hipótese de prorrogação do prazo contratual e/ou ainda sua complementação em caso de acréscimo de valor contrato, mediante a opção por uma das seguintes modalidades:

a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

b) Seguro-garantia;

c) Fiança bancária.

18.1.1. No caso de opção pelo seguro-garantia, na forma da Circular SUSEP n. 251/2004, será conferido ao CONTRATADO o prazo máximo de 17 (dezessete) dias corridos, sendo um dia contabilizado para a entrega do termo de contrato assinado pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, quinze dias reservado à manifestação da proposta pela sociedade seguradora e um dia para a comprovação e entrega do seguro-garantia perante o CONTRATANTE, com a devida apresentação à Secretaria Administrativa.

18.2. A garantia servirá para o fiel cumprimento do contrato, respondendo, inclusive, pelas multas eventualmente aplicadas, podendo ser retida para satisfação de perdas e danos resultantes de inadimplemento ou de ação ou omissão, dolosa ou culposa, da contratada.

18.3. A garantia deverá ser integralizada na mesma modalidade, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver redimensionamento do contrato ou repactuação de preços, de modo que corresponda a **5% (cinco por cento)** do valor global contratado.

18.3.1. No caso de opção pelo seguro-garantia, será observada a regra disposta no **subitem 18.1.1.**

18.3.2. Em caso de descumprimento dos prazos estipulados no **subitem**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 02/2023

18.1 ou no subitem 18.1.1, o CONTRATANTE aplicará sobre o CONTRATADO multa no percentual de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso, até a devida integralização da garantia, limitado ao percentual de 15% (quinze por cento), o que configurará inexecução total do contrato administrativo.

18.4. A garantia de execução contratual será liberada em até 30 (trinta) dias após a data do vencimento deste contrato, desde que cumpridos estejam todos os termos, cláusulas e condições e deduzidos todos os prejuízos financeiros provocados pela CONTRATADA e não liquidados.

18.5. A perda da garantia em favor do TRIBUNAL, por inadimplemento das obrigações contratuais, dar-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial e sem prejuízo das demais sanções previstas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

19. Da Proteção de Dados Pessoais

19.1 A CONTRATADA declara conhecer e cumprir todas as leis vigentes envolvendo proteção de dados pessoais e privacidade, em especial a Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

19.2 O TRT8 e a CONTRATADA reconhecem que, como parte da execução do Contrato tratam ou de qualquer outra forma processam dados pessoais, comprometendo-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios físicos e digitais, garantindo que:

a) o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos Arts. 7º e/ou 11 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

b) o tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do contrato e do serviço contratado, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD;

c) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, a contratada deverá eliminá-los, sendo autorizada a conservação nas hipóteses previstas nos incisos do artigo 16 da LGPD, consoante sua responsabilidade solidária, como operadores, de acordo com o artigo 39 da LGPD.

19.3. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados, envolvidos na execução contratual, das obrigações e condições acordadas nesta subcláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TRT8 - Resolução TRT nº 56/2020,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT N° 02/2023

programa de governança em proteção de dados e privacidade do TRT8, cujos princípios deverão ser aplicados ao tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.

19.4. O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos - devida e formalmente instruídos nesse sentido - o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato

19.5. A contratada, quando identificar qualquer incidente de segurança que implique violação ou risco de violação de dados pessoais envolvidos no contrato, terá o prazo de 48 horas para comunicar o fato à contratante.

19.6. A critério do Encarregado de Dados do TRT8, a CONTRATADA será obrigada a colaborar na elaboração do relatório de impacto - DPIA, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

19.7. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

19.8. A contratada deve apresentar Termos de Responsabilidade e Sigilo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA VINCULAÇÃO AO PREGÃO.

20.1. Ficam vinculados a este Instrumento todos os termos do **Pregão Eletrônico n° xx/202x e seus Anexos.**

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS.

21.1. Quaisquer discrepâncias, omissões e/ou erros encontrados, bem como transgressões às normas técnicas, regulamentos ou leis em vigor deverão ser imediatamente comunicados por escrito ao T.R.T. 8ª Região, de forma a serem sanadas.

21.2. O presente Contrato rege-se pelas disposições da Lei n° 8.666/1993, e suas posteriores alterações.

21.3. O CONTRATADO, através do endereço de **e-mail válido**, fornecido no ato da contratação, compromete-se a receber todo e qualquer tipo de notificação, inclusive para efeitos de sanções ou penalidades, iniciando o prazo para o destinatário a partir da remessa válida pelo TRIBUNAL.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO.

22.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente Contrato, fica eleito o Foro de Belém, Capital do Estado do Pará.

22.2. Assim, para firmeza e validade do que foi avençado, foi o presente Contrato lavrado no Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região (art. 60 da Lei N° 8.666/1993), o qual depois de lido e achado de acordo, vai assinado pelas partes, na presença das



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO TRT Nº 02/2023

testemunhas abaixo.

Belém (PA), xx de xxxxxxxx de 202x

DIRETOR-GERAL DO TRT

CONTRATADA